

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

O FECHAMENTO E NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO: Análise da produção acadêmica no Brasil entre 2010 e 2020

Samoel Cordeiro de Souza Primo, Marcos Gehrke

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5306>

Submetido em: 2022-12-22

Postado em: 2022-12-30 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

O FECHAMENTO E NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PITANGA – PR: A NEGAÇÃO DO DIREITO AO ACESSO A ESCOLARIZAÇÃO

SAMOEL CORDEIRO DE SOUZA PRIMO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6119-3278>

samoelcordeirosouza@gmail.com

MARCOS GEHRKE²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7592-3139>

marcosgehrke@gmail.com

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, Paraná – PR, Brasil.

² Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Guarapuava, Paraná – PR, Brasil.

RESUMO: O artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado em educação e tem como principal objetivo analisar o fechamento e nucleação das escolas do campo no município de Pitanga-PR. Especificamente, busca-se a) apresentar a história deste município b) demonstrar as escolas fechadas nas últimas décadas e c) discutir os dados obtidos e relação com o processo histórico de expropriação e desterritorialização deste município. Foi realizada uma pesquisa qualitativa e documental, para compreender o processo histórico e quais escolas do campo foram fechadas entre o período de 1995 a 2020. O recorte temporal justifica-se pela pesquisa se dá a partir da independência do último município que se desmembrou de Pitanga. Para-se chegar aos resultados da quantidade e nome das escolas fechadas no referido período foi realizada uma pesquisa documental na Secretaria de Educação desta municipalidade. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa que, quanto aos seus objetivos, pode ser classificada como exploratória e, quanto aos procedimentos técnicos, bibliográfica. Nesta produção, demonstra-se os dados obtidos na pesquisa e realiza uma discussão teórica com alguns autores, na qual busca-se dialogar a relação entre o fechamento e nucleação de escolas, que se consolida como tendência em alguns municípios paranaenses. Os dados indicam que a tendência de fechamento de escolas neste município continua em diferentes gestões, pois há escolas multisseriadas desativadas temporariamente no contexto do campo.

Palavras-chave: Educação do campo. Fechamento de escolas. Nucleação.

THE CLOSING AND NUCLEATION OF COUNTRYSIDE SCHOOLS IN THE MUNICIPALITY OF PITANGA – PR: THE DENIAL OF THE RIGHT TO ACCESS SCHOOLING

ABSTRACT: The article is the result of a master's research in education and its main objective is to analyze the closure and nucleation of rural schools in the municipality of Pitanga-PR. Specifically, we seek to a) present the history of this municipality b) demonstrate the schools closed in recent decades and c) discuss the data obtained and their relationship with the historical process of expropriation and deterritorialization of this municipality. A qualitative and documentary research was carried out, to understand the historical process and which rural schools were closed between the period from 1995 to 2020. . In order to arrive at the results of the number and name of schools closed during the referred period, a documentary research was carried out in the Secretary of Education of this municipality. In methodological terms, this is a qualitative research that, regarding its objectives, can be classified as exploratory and, regarding technical procedures, bibliographical. In this production, the data obtained in

the research is demonstrated and a theoretical discussion is carried out with some authors, in which it is sought to dialogue the relationship between the closure and nucleation of schools, which is consolidated as a trend in some municipalities in Paraná. The data indicate that the trend of closing schools in this municipality continues in different administrations, as there are multi-grade schools temporarily deactivated in the context of the countryside.

Keywords: Field education. Closing of schools. Nucleation.

EL CIERRE Y NUCLEACIÓN DE LAS ESCUELAS DEL CAMPO EN EL MUNICIPIO DE PITANGA – PR: LA NEGACIÓN DEL DERECHO DE ACCESO A LA ESCOLARIDAD

RESUMEN: El artículo es resultado de una investigación de maestría en educación y tiene como objetivo principal analizar el cierre y nucleación de escuelas rurales en el municipio de Pitanga-PR. Específicamente, buscamos a) presentar la historia de este municipio b) evidenciar las escuelas cerradas en las últimas décadas y c) discutir los datos obtenidos y su relación con el proceso histórico de expropiación y desterritorialización de este municipio. Se realizó una investigación cualitativa y documental, para comprender el proceso histórico y cuáles escuelas rurales fueron clausuradas entre el período de 1995 al 2020. . Para llegar a los resultados del número y nombre de las escuelas cerradas durante el período referido, se realizó una investigación documental en la Secretaría de Educación de este municipio. En términos metodológicos, se trata de una investigación cualitativa que, en cuanto a sus objetivos, puede clasificarse como exploratoria y, en cuanto a los procedimientos técnicos, bibliográfica. En esta producción se evidencian los datos obtenidos en la investigación y se realiza una discusión teórica con algunos autores, en la que se busca dialogar la relación entre el cierre y la nucleación de escuelas, que se consolida como tendencia en algunos municipios en Parana. Los datos indican que la tendencia de cierre de escuelas en este municipio continúa en diferentes administraciones, pues hay escuelas multigrado desactivadas temporalmente en el contexto del campo.

Palabras clave: Educación de campo. Cierre de escuelas. Nucleación.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado em educação que trata sobre o fechamento e nucleação das escolas do campo no município de Pitanga, região central do estado do Paraná. O objetivo deste texto é fazer uma análise sobre o fechamento de escolas do campo no município de Pitanga-PR entre os anos de 1995 a 2020. As políticas de fechamento de escolas do campo são evidentes no Brasil, principalmente com as políticas de governos conservadores que de deu a partir dos anos de 1990. As escolas cessadas no município de Pitanga caminham na contramão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB / 9394/96. O fechamento de escolas do campo desconsidera os princípios de gestão democrática, no que tange a participação comunitária nas tomadas de decisões. Consideramos a escola do campo como espaço de lutas, resistências e enfrentamentos aos ideários do capitalismo.

Para a produção de dados utilizamos fontes primárias, ou seja, os resultados da pesquisa de campo, que analisou todos os documentos que tratavam do fechamento das escolas, mencionando a resolução de abertura da e a resolução de fechamento da escola. Poucas pesquisas acadêmicas sobre educação foram realizadas no município de Pitanga. Se tratando do fechamento de escolas no campo nesta municipalidade, esta se caracteriza como inédita, pois a educação do campo ainda é um tema que precisa ser ampliado no debate acadêmico. Como recorte temporal da pesquisa utilizou-se o período compreendido entre 1995 e 2020, período este que demarca a independência do último município que se desmembrou de Pitanga (o município de Boa Ventura foi o último a se desmebrar de Pitanga que já foi o maior município da região central do Paraná).

Tratando da metodologia utilizada neste artigo, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, que busca analisar o fenômeno em questão (TRIVIÑOS, 1987). Quanto aos seus objetivos pode ser classificada como exploratória, e quanto aos procedimentos técnicos caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. Busca-se também dialogar os resultados da pesquisa com outros autores que estudam as categorias em análise: “educação do campo”, “fechamento de escolas” e “nucleação”. Utilizou-se de documentos oficiais como as Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo (PARANÁ, 2006), o informativo do II Boletim da Articulação Paranaense para os Povos do Campo (PARANÁ, 2018). Dialogamos com autores, como por exemplo, Caldart (2012), Hage (2014) e Vasconcellos (1993).

Fechar e nuclear escolas do campo em outros do campo em outros espaços, nem sempre garante melhorias para o processo educativo e formação humana. No contexto do Estado brasileiro, onde se delega em grande parte a educação infantil e os anos iniciais para o ensino fundamental aos municípios, também não promove políticas específicas para garantir que a população camponesa tenha o acesso a educação na comunidade onde residem

O município de Pitanga se localiza na região central do Paraná e faz fronteira com os municípios de Boa Ventura de São Roque, Santa Maria do Oeste, Palmital, Mato Rico, Roncador, Nova Tebas, Manoel Ribas e Cândido de Abreu, conforme apresenta os dados do Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística (IBGE)¹. Possui uma população estimada em pouco mais de 30.000 habitantes. Configura-se como o 11º maior município em termos de extensão territorial, um um total de 399 municípios paranaenses. Sua extensão territorial, possui aproximadamente 1.663,747km², conforme apontam dados IBGE.

De acordo com as informações que constam no site da Prefeitura Municipal de Pitanga², sua origem tupi indígena, que significa fruto da pitangueira. Começou a ser povoado em torno de 1987 por estrangeiros. Os estrangeiros vieram de diversas regiões. Alguns vieram pelo sul, região de Guarapuava, outros por Cândido de Abreu e ainda aqueles que vieram do norte, pela região de Campo Mourão. Foram diversos os motivos que fizeram os estrangeiros vierem para a região de Pitanga. Vieram também imigrantes de diferentes países. Os franceses vieram devidos às condições do clima. Os paulistas pelas trágicas consequências da revolução federalista. Os demais povoadores vieram devido às notícias que corriam pela região, de que o povoado era um território inexplorado, com terras ricas e o favorecimento da criação de animais (PITANGA, 2021).

Os primeiros povoadores estrangeiros do município de Pitanga chegaram ao território no ano de 1847. Era remanescente da Colônia Teresa, fundada por Mauricio Faivre e demais compatriotas, sob os auspícios da Imperatriz Dona Teresa Cristina. No ano de 1914 chega ao município de Pitanga os colonos, advindos da localidade de Rio dos Patos, município de Prudentópolis. No ano de 1918 outras famílias vieram para a região. O senhor Tomaz Ribeiro ergueu a primeira capela do povoado.

O município de Pitanga foi um distrito, inicialmente pertencente ao município de Guarapuava. Em 30 de dezembro de 1943 foi elevada a categoria de município e se instalou em 28 de janeiro de 1944 (PITANGA, 2021). O primeiro prefeito foi eleito em 1947, vencendo o senhor Nicolau Schön, mas em virtude de uma doença renunciou e na ocasião quem assumiu o cargo de prefeito foi o então presidente da Câmara Municipal de Vereadores senhor Manoel Rodrigues.

Pitanga era um dos maiores municípios do estado do Paraná. Agregou por algum tempo muitas comunidades que se tornaram municípios. À medida que Pitanga foi desmembrando outros municípios o seu território diminuiu. Os municípios desmembrados de Pitanga foram respectivamente: Campo Mourão em 1947, Manoel Ribas em 1955, Palmital em 1961, Nova Tebas em 1987, Santa Maria do Oeste em 1990, Mato Rico em 1991 e Boa Ventura de São Roque no ano de 1995.

O município de Pitanga teve sua história marcada pela colonização de imigrantes europeus, porém quando os europeus chegaram à região já existiam os povos indígenas. Os colonizadores tinham o objetivo de possuir as terras pertencentes à região de Pitanga. Os indígenas que já habitavam o território foram sendo prejudicados. Alguns foram expulsos do território, outros assassinados, sejam por interesses econômicos ou políticos. Ao contemplar a história de Pitanga é visível o cenário do silenciamento dos povos indígenas que já habitavam a região. A presença indígena se torna invisível à medida que se valoriza

¹ Informação disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/pitanga.html>> Acesso em: 05 de março de 2021.

² As informações sobre o histórico de Pitanga podem ser consultadas através do link: <<http://www.pitanga.pr.gov.br/historia-de-pitanga>>. Acesso em 03 de março de 2021.

a colonização dos brancos, como se o território fosse somente uma imensa floresta a se desbravar. De acordo com Paula (2015):

(...) a ocupação de Pitanga se deu de forma desorganizada, ou seja, a população ia chegando e formando as suas posses sem que houvesse uma demarcação prévia da área. Esse movimento de territorialização foi motivado, principalmente, por aspectos muito mais econômicos do que outros. Assim, foram muitas as frentes de ocupação, desde portugueses que se fixaram primeiro em Guarapuava a gaúchos, catarinenses, paulistas, imigrantes europeus, principalmente ucranianos, poloneses, além é claro dos caboclos e indígenas que já ocupavam a região por mais tempo. (PAULA, 2015, p. 42).

Os primeiros colonizadores se destinaram inicialmente a exploração da erva-mate, da extração da madeira e da criação de porcos. Os povos indígenas Kaingang foram quase dizimados, conforme demonstra a pesquisa de Gonçalves; Fraga e Cavatorta (2015). Para estes pesquisadores houve uma chacina dos povos indígenas, além dos conflitos nas disputas de terras. Os pesquisadores (2015) denotam que os descendentes de colonos ainda possuem grandes extensões de terras na região e que lucra em cima disso. Em contrapartida, de um processo de colonização desigual, onde alguns têm alta concentração de terras há uma parcela considerável da sociedade pitanguense que vivem à margem deste processo e integram os índices de pobreza. Consequência disto o município de caracterizou historicamente como um município marcado pela desigualdade social.

O município de Pitanga tem atualmente (2021) como principal atividade econômica: a agricultura, a pecuária, o extrativismo vegetal e a indústria de produtos primários. As atividades industriais são também estão presentes, contudo em menor quantidade, o que dificulta a geração de renda e emprego. Neste cenário se verifica estudantes de Escolas do Campo que se deslocam para o centro urbano em busca de emprego e melhores condições de vida. Alguns se evadem da escola e abandonam seus estudos sem concluir as etapas da educação básica.

Conforme Paula (2015) o município de Pitanga está localizado em uma das regiões mais pobres do estado do Paraná e todos os municípios de sua microrregião estão entre os 50 piores índices de desenvolvimento humano no *ranking* estadual. Para Paula (2015) a história do município de Pitanga é caracterizada expropriação/desterritorialização. A expropriação dos camponeses pitanguenses se deu pela falta de terras, o que é primordial para a vida no meio rural.

Em Pitanga, assim como em muitos outros municípios brasileiros há uma história marcada pela negação do direito a terra, onde a elite agrária criou inúmeros mecanismos para dificultar que as populações desprovidas de recursos financeiros não conseguissem terras. A obrigatoriedade de que a terra só pudesse ser adquirida através da compra se dá na Lei de Terras de 1850 (PAULA, 2015).

Historicamente no município de Pitanga não ocorreu à democratização de acesso a terra, para garantir que o camponês vivesse no campo, seguindo sua cultura e seu modo de vida. A reforma agrária também não ocorreu no município de Pitanga, o que acarretou o aumento das desigualdades entre os camponeses e elite agrária. O município possui apenas dois assentamentos: o Assentamento Vale da Serra e o Assentamento Boa Esperança. Os jovens camponeses do município de Pitanga procuram alternativas em outros locais, pois “a descrença sobre efetividade, a desinformação e a criminalização dos movimentos sociais também são responsáveis pelo não interesse dos camponeses e principalmente da juventude na reforma agrária” (PAULA, 2015, p. 96).

As organizações das propriedades camponesas no município de Pitanga se formaram basicamente através de posses, isso para as pequenas propriedades, pois as grandes propriedades

conseguiram as terras através da exploração, compra do Estado ou durante a exploração da madeira na região, que durou até cerca do ano de 1980. (PAULA, 2015). A concessão das terras para os grandes proprietários gerou conflitos, pois parte das terras já estavam ocupadas por posseiros ou por indígenas. Como os títulos de terras dos posseiros e indígenas não eram legalizados perderam parte de seus territórios. As terras foram compradas em sua grande parte pela elite agrária.

O cenário camponês no município de Pitanga atualmente é de uma agricultura camponesa que tenta resistir às forças capitalistas. O campo não é um espaço vazio, o que se nota é que “a agricultura camponesa consegue encontrar formas dentro do próprio capitalismo de se inserir e continuar resistindo revelando a conflituosa e dinâmica realidade do rural brasileiro” (PAULA, 2015, p. 121).

As terras de Pitanga foram aos poucos ocupadas por meio de posses, principalmente, no caso das pequenas propriedades. Os imigrantes eram atraídos tanto por questões econômicas (no caso de Pitanga se dava pela procura de terras férteis), quanto por questões sociais, como o aumento do sujeito caboclo no sertão paranaense e a já (re) imigração de colonos europeus de outros Estados do Sul e do próprio Paraná. (PAULA, 2015, p. 123).

A região de Pitanga foi esquecida pelos poderes públicos até a exploração madeira, neste período os camponeses foram se apossando do território, contudo a partir de quando o capital começa a se interessar pela região central do Paraná começam a ocorrer os conflitos, pois a elite agrária começa a expulsar os camponeses do território do município de Pitanga.

Com o tempo se expandiu o comércio das agroindústrias no território do município de Pitanga. Isso contribuiu para que o agronegócio monopolizasse o território do município. Com isso as médias e grandes propriedades rurais se modernizaram e as pequenas ficaram precarizadas, sem ter participado deste projeto, restringindo-se ao potencial de geração de renda. Pode-se dizer que o município de Pitanga apresenta dois mercados: o da produção agrícola do feijão, milho e a soja e por outro a agricultura camponesa (PAULA, 2015). Com relação à expropriação das pequenas propriedades agrícolas acredita-se que:

Além do trabalho, a modernização expropriadora/desterritorializadora promoveu a precarização das pequenas propriedades, principalmente aquelas que estão localizadas longe dos grandes centros urbanos e em um território fortemente monopolizado pelo capital agrário do agronegócio, como é o caso de Pitanga (PAULA, 2015, p. 185).

A modernização no campo não foi para todos os que lá vivem. Enquanto alguns se apoderaram das tecnologias e expandiram se seus territórios, outros que vivem com os recursos mínimos, buscando sobreviver em meio à expansão do agronegócio e em meio à expulsão de seus próprios territórios.

Assim que este sujeito em Pitanga vive um grande dilema: se tenta se inserir no mercado do modelo do agronegócio que oferece a garantia de ter para quem vender a sua produção, vai precisar buscar financiamentos ou outras formas de adquirir recursos para comprar: sementes, agrotóxico, adubos químicos, etc. de grandes empresas capitalistas e mesmo assim, não conseguiram competir em igualdade com as grandes propriedades. (PAULA, 2015, p. 189).

A conjuntura de formação do município de Pitanga apresenta muitas contradições. De um lado há a elite agrária que se apossou das terras e propriedades do campo e por outro lado os pequenos proprietários e indígenas que tiveram suas terras invadidas foram sendo expulsos e expropriados de seu território, o que demarca negativamente sua história, pois não foram respeitados os povos nativos e

aqueles que vivem da agricultura familiar. Na figura a seguir é apresentado o mapa do município de Pitanga – PR, ou seja, a sua localização no estado do Paraná.

Figura 1 – Mapa do Município de Pitanga – PR (2021).



Fonte: Núcleo Regional de Pitanga - PR³ (2021).

O município de Pitanga possui quatro distritos administrativos, são eles: Pitanga, Barra Bonita, Rio XV de Baixo e Vila Nova (2021). Na sequência apresentamos o mapa que demonstra a região administrativa de Pitanga. Na cor branca a região administrativa de Pitanga, na cor vermelha Vila Nova, na cor amarela Rio Quinze de Baixo e na cor verde Barra Bonita.

Figura 2 – Mapa da região administrativa de Pitanga – PR (2021).



Fonte: Portal dia a dia educação⁴ (2021).

PANORAMA DE CRIAÇÃO, FECHAMENTO E NUCLEAÇÃO DE ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE PITANGA – PR (1995-2020)

³ Mapa de Pitanga - PR. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/Image/mapas/mapa_nre_pitanga.jpg>. Acesso em 03 de Março de 2021.

⁴ Mapa da divisão administrativa de Pitanga pode ser consultado através do link: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_geo_unicentro_luciaromanichen.pdf> Acesso em: 03 de Março de 2021.

Até 2020 o município de Pitanga possuía as seguintes quantidades de instituições de ensino municipal em funcionamento: cinco Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's), seis escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no meio urbano e doze instituições de ensino municipal dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental localizadas no campo. As Escolas do Campo também atendem a Educação Infantil, com turmas de pré-escolar e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Os cinco Centros Municipais de Educação Infantil do município de Pitanga funcionam na área urbana do município. Estas instituições de Educação Infantil atendem alguns alunos parcialmente, com quatro horas diárias ou ainda integralmente, com oito horas diárias, conforme a necessidade de atendimento e demanda específica. A Educação Infantil ofertada nos CMEI's (no meio urbano) atendem crianças de berçário e maternal, as turmas de pré-escolar são ofertadas nas escolas que ofertam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tanto no meio rural como no meio urbano. A seguir apresentamos o quadro com o nome, localização e resolução de funcionamento dos CMEI's de Pitanga – PR.

Quadro 1: Centros Municipais de Educação Infantil em Pitanga - PR (2020).

Cmei	Localização	Resolução de funcionamento
CMEI Antonieta Rechin Landgraf	Conjunto Santa Regina	2814/01 D.O.E. de 22/11/2001
CMEI Elsa Lerner	Parque São Basílio	2839/01 D.O.E. de 22/11/2001
CMEI Leonor Laitner Hrysyk	Vila Planalto	256/08 D.O.E. de 22/01/2008
CMEI Santa Isabel	Bairro Santa Isabel	2751/01 D.O.E. de 19/11/2001
CMEI Santa Rosa	Centro de Pitanga ⁵	2815/01 D.O.E. de 22/11/2001

Fonte: Organização própria. Dados sistematizados pelo pesquisador a partir informações disponibilizadas no site da prefeitura municipal de Pitanga e pela equipe da Secretaria Municipal de Educação (2021).

No meio urbano do município de Pitanga - PR há um total de seis escolas, localizadas em diferentes bairros. As escolas urbanas do município de Pitanga também atendem a um público que vem do campo, pequenas comunidades localizadas ao entorno da cidade. Os alunos do campo que precisam vir para a cidade Pitanga utilizam-se do transporte escolar como ferramenta de deslocamento. Todas as escolas da rede municipal de educação do município de Pitanga presentes no meio urbano seguem o padrão de seriação.

As instituições de ensino urbano presentes no município de Pitanga atendem os alunos regularmente matriculados nas turmas de primeiro ao quinto ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A prefeitura Municipal de Pitanga é responsável por manter estas escolas. As escolas urbanas em funcionamento no município de Pitanga (2021) são as seguintes:

Quadro 2: Escolas Municipais Urbanas em funcionamento no Município Pitanga - PR (2020).

⁵ O Centro Municipal de Educação Infantil atualmente está funcionando no centro da cidade. O CMEI se localiza no Bairro Santa Rosa, contudo está um funcionamento em outro espaço devido às obras que estão acontecendo, com objetivo de promover melhorias no espaço físico para promover o atendimento educacional das crianças.

ESCOLAS URBANAS	LOCALIZAÇÃO	RESOLUÇÃO DE FUNCIONAMENTO
Escola Municipal Afonsina Mendes Sebrenski– EIEF	Vila do Carmo	3.718/81 D.O.E. de 29/01/82
Escola Municipal Dr. Ivan Ferreira do Amaral – EIEF	Bairro Pitanguinha	4.265/77 D.O.E. de 09/12/77
Escola Municipal José Bitencourt – EIEF	Centro	3.715/92 D.O.E. de 29/01/82
Escola Municipal Reinaldo Nunes Ferreira – EIEF	Vila Planalto	3.718/81 D.O.E. de 29/01/82
Escola Municipal Santa Regina – EIEF	Conjunto Santa Regina	1.265/94 D.O.E. de 30/04/94
Escola Municipal vice-prefeito Euclides Gomes da Silva – EIEF.	Parque São Basílio	577/98 D.O.E. de 23/03/98

Fonte: Organização própria. Dados sistematizados pelo pesquisador a partir informações disponibilizadas no site da prefeitura municipal de Pitanga - PR (2021).

O município de Pitanga, mesmo com o alto índice de escolas fechadas no campo ainda concentra algumas no contexto do território camponês. As Escolas do Campo presentes no município de Pitanga visam atender a demanda das comunidades, principalmente as comunidades onde estão localizadas mais distantes da sede do município.

O município de Pitanga nucleou escolas no meio urbano e no meio rural. Uma das características pertinentes da educação no município de Pitanga é que este ainda possui Escolas Multisseriadas, com o contexto de agrupamento de turmas de diferentes anos em uma única sala de aula. As Escolas Multisseriadas de Pitanga são aquelas com menores números de alunos localizadas no campo, onde o transporte para a sede do município ou para outras escolas se torna inviável.

As Escolas do Campo de Pitanga estão espalhadas em diferentes regiões do município. Para o acesso dos alunos as Escolas do Campo ocorre também o transporte intracampo, ou seja, o transporte do campo para o campo. A prefeitura Municipal de Pitanga também é o órgão responsável por manter as Escolas do Campo abaixo relacionadas:

Quadro 3: Escolas Municipais do Campo em funcionamento em Pitanga - PR (2020).

ESCOLAS DO CAMPO	ENDEREÇO	RESOLUÇÃO DE FUNCIONAMENTO
Escola Municipal do Campo Afonso Alves Camargo – EIEF.	Distrito de Barra Bonita	2.679/82 D.O.E. de 11/11/82
Escola Municipal do Campo Angelo - Seguro EIEF.	Comunidade Linha Cantu	2.679/82 D.O.E. de 11/11/82

Escola Municipal do Campo Carlota Portugal Berardi– EIEF.	Comunidade Borboleta dos Berardi	2.679/82 D.O.E. de 11/11/82
Escola Municipal do Campo Chico Mendes – EF.	Comunidade Rio Liso	3.318/93 D.O.E. de 12/07/93
Escola Municipal do Campo Ébano Pereira - EIEF.	Comunidade Rio do Meio	2.679/82 D.O.E. de 11/11/82
Escola Municipal do Campo Mascarenhas de Moraes – EIEF.	Comunidade Serra da Palmeira	2.679/82 D.O.E. de 11/11/82
Escola Municipal do Campo Ney Braga – EIEF.	Comunidade Vila Nova dos Alemães	2.679/82 D.O.E. de 11/11/82
Escola Municipal do Campo São Judas Tadeu - EIEF.	Comunidade Rio XV de Baixo	2.679/82 D.O.E. de 11/11/82
Escola Municipal do Campo Renê Rocha – EIEF.	Comunidade São João da Colina	2.679/82 D.O.E. de 11/11/82
Escola Municipal do Campo Sagrada Família - EIEF.	Comunidade Arroio Grande	2.679/82 D.O.E. de 11/11/82

Fonte: Organização própria. Dados sistematizados pelo pesquisador a partir informações disponibilizadas no site da prefeitura municipal de Pitanga - PR (2021).

Ao analisar a educação no município de Pitanga é possível compreender que existem instituições de ensino localizadas no campo. Mesmo com o alto índice de Escolas do Campo fechadas nos últimos anos o município ainda preserva escolas no campo. O município de Pitanga também apresenta escolas com o ensino multisseriado. O ensino nas Escolas Multisseriadas da Educação do Campo de Pitanga se torna viável e necessário, pois algumas comunidades estão às longas distâncias da área urbana do município. As Escolas do Campo de Pitanga que atendem alunos de pré-escolar e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são municipais, o que denota mais problemas econômicos, dimensão de recursos e financiamentos.

A valorização e permanência das escolas no campo é uma medida que se faz necessário para garantir a educação das pessoas que vivem no meio rural. As Escolas Multisseriadas quanto às seriadas da Educação do Campo são importantes, independente da forma como ela oferta o ensino, mas que seja de qualidade respeitando os princípios e normas que a exige a Educação do Campo garante que o estudante aprenda o que é necessário na sua faixa etária sem perder os vínculos com a cultura da comunidade onde vive.

Na sequência será apresentado o quadro com os estabelecimentos estaduais de ensino no município de Pitanga em funcionamento em 2021. Os estabelecimentos apresentados são mantidos pelo governo estadual do Paraná.

Quadro 4 – Estabelecimentos Estaduais de Ensino no Município de Pitanga – PR (2020).

Estabelecimentos Estaduais de Ensino	Localização / Endereço	Área Rural ou área urbana
Colégio Estadual Antonio Dorigon	Centro de Pitanga	Área urbana
Colégio Estadual do Campo Arroio Grande	Comunidade Arroio Grande	Área Rural
Colégio Estadual do Campo Aurélio Buarque de Holanda	Distrito Vila Nova dos Alemães	Área Rural
Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos Casturina Campanharo Bonfim	Centro de Pitanga	Área urbana
Centro Estadual de Educação Profissional Miguel Carlos Parolo	Jardim Dona Maria	Área urbana
Escola Modalidade Educação Especial Clodoaldo Santos de França	Centro de Pitanga	Área urbana
Colégio Estadual Professora Júlia H de Souza	Vila Planalto	Área urbana
Colégio Estadual Dom Pedro I	Centro de Pitanga	Área urbana
Colégio Estadual do Campo Rio do Meio	Comunidade Rio do Meio	Área Rural
Colégio Estadual do Campo São João da Colina	Comunidade São João da Colina	Área Rural
Escola Estadual Tiradentes	Centro de Pitanga	Área urbana
Colégio Estadual do Campo Padre Victor Coelho de Almeida	Rio XV de Baixo	Área Rural
Colégio Estadual do Campo Zélio Dziubate	Distrito de Barra Bonita	Área Rural

FONTE: Quadro elaborado pelo pesquisador a partir de informações disponíveis no site do Núcleo Regional de Educação de Pitanga⁶.

As instituições de ensino estadual do município de Pitanga ofertam o ensino aos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. No campo estão localizados alguns colégios, que possuem a função de levar o ensino à população que reside distante do centro urbano. No município de Pitanga há menos instituições de ensino estadual do que municipal.

⁶ Informações disponíveis em: <<https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=506>>. Acesso em 19 de Out. de 2021.

Tratando do ensino superior no município de Pitanga são três que ofertam o ensino presencial ou semipresencial: Universidade Estadual do Centro (UNICENTRO), Instituto Federal do Paraná (IFPR) e Faculdades do Centro do Paraná, (UCP). Já as instituições de ensino superior que ofertam o ensino na modalidade de Educação a distância são as seguintes: Faculdade Unina, Centro Universitário Internacional (UNINTER), Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR), Faculdades Integradas Norte do Paraná (UNOPAR), Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSSELVI) e Centro Universitário Ingá (UNINGÁ).

A conjuntura da educação no município apresentou muitas contradições ao longo do processo histórico. Ao fazer o levantamento das instituições de ensino presente no campo e na cidade é possível verificar que em meio ao fechamento e nucleação de escolas, movimento que se espalhou pelo Brasil, com base em experiências que ocorreram em outros países, Pitanga ainda possui diversas escolas espalhadas pelo campo que atendem alunos da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Maioria das Escolas localizadas no campo são escolas que foram nucleadas no campo, resultado do fechamento de outras escolas. Ao apresentar o panorama da educação do município de Pitanga, realizamos um levantamento sobre o número de Escolas do Campo fechadas entre os anos de 1995 e 2000. A partir da pesquisa elaboramos o quadro com o nome dos estabelecimentos de ensino fechados, a localidade em que estavam alocadas as escolas, a resolução de abertura ou funcionamento e resolução de fechamento. Os resultados encontrados estão descritos no quadro a seguir.

Quadro 5 – Escolas Municipais Rurais fechadas no Município de Pitanga – PR (1995-2020).

Estabelecimentos de ensino fechados	Localidade	Resolução de abertura	Resolução de fechamento
E.M.R. Afonso Grande	Borboleta Abaixo	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2350/00 D.O.E. de 19/07/00
E.M.R. Afonso Pena	Taquaruçu	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2663/98 D.O.E. de 06/08/98
E.M.R. Amauri Anunziato	Limeira	1013/90 D.O.E. de 03/05/90	2147/04 D.O.E. de 15/06/04
E.M.R. Anibal Ziegmann	Alto da Boa vista	522/84 D.O.E. de 01/03/84	4259/96 D.O.E. de 07/11/96
E.M.R. Anjo da Guarda	Lagoa Verde	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2971/98 D.O.E. de 25/08/98
E.M.R. Arnaldo Faivro Busato	Taquaruçu do Bandeira	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2663/98 D.O.E. de 06/08/98
E.M.R. Arthur Bernardes	Rio Quieto	2679/82 D.O.E. de 11/11/1982	2220/97 D.O.E. de 01/07/97

E.M.R. Arthur Jansenn	Barra do Espírito Santo	1942/93 D.O.E. de 13/04/1993	4167/96 D.O.E. de 30/10/96
E.M.R. Arthur Mehl	Rio Fartura	1640/85 D.O.E. de 06/05/85	2072/98 D.O.E. de 23/06/98
E.M.R. Assemupi	Rio do Meio	964/89 D.O.E. de 03/05/89	3875/97 D.O.E. de 13/11/97
E.M.R. Barão do Cerro Azul	Arroio Grande	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2714/98 D.O.E. de 07/08/98
E.M.R. Bernadino de Melo	Rio Taquaruçu de Cima	522/84 D.O.E. de 01/03/84	3.993/94 D.O.E. de 10/08/94
E.M.R. Campos Sales	Rio Saudade	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2971/98 D.O.E. de 25/08/98
E.M.R. Carlos Gomes	Cinco Encruzilhadas	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2292/06 D.O.E. de 22/05/06
E.M.R. Dezenove de Dezembro	Rio Bocó	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	3515/96 D.O.E. de 09/09/96
E.M.R. Dezenove de Julho	Três Tombos	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2681/97 D.O.E. de 08/08/97
E.M.R. Doutor. Allyrio de Jesus Dipp	Água Fria	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	3618/96 D.O.E. de 12/09/96
E.M.R. Dom João VI	Marrequinha	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2072/98 D.O.E. de 23/06/98
E.M.R. Dirceu Diogo Portugal	Rio Bandeira	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2663/98 D.O.E. de 06/08/98
E.M.R. Ermelina Messias Arruda	Serra da Pitanga	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2718/98 D.O.E. de 07/08/98
E.M.R. Eugenio Ribas Prohmann	Rio Vorás	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2663/98 D.O.E. de 06/08/98
E.M.R. Espírito Santo	Barra do Espírito Santo	522/84 D.O.E. de 01/03/84	2203/98 D.O.E. de 29/06/98
E.M.R. Elvira Lenartovicz Messias	Rio das Pedras	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2073/98 D.O.E. de 23/06/98
E.M.R. Érico Veríssimo	Rio Liso de Baixo	964/89 D.O.E. de 03/05/89	2073/98 D.O.E. de 23/06/98

E.M.R. Fernão Dias Paes	Corumbataí	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	3698/98 D.O.E. de 06/11/98
E.M.R. General Osório	Pitanga Abaixo	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2357/04 D.O.E. de 29/06/04
E.M.R. Generoso Marques	Quatro de Junho	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2674/00 D.O.E. de 17/08/00
E.M.R. Graciliano Ramos	Pitanga Abaixo	964/89 D.O.E. de 03/05/89	2046/01 D.O.E. de 06/09/01
E.M.R. Heitor de Alencar Furtado	Cinco Encruzilhadas	1638/85 D.O.E. de 06/05/85	2775/98 D.O.E. de 12/08/98
E.M.R. Imaculada Virgem Maria	Pitanga Abaixo (Flor da Serra)	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	3072/98 D.O.E. de 31/08/98
E.M.R. Independência	Barra Grande	1839/94 D.O.E. de 15/04/94	3618/96 D.O.E. de 12/09/96
E.M.R. José Batista de Melo	Rio Cascata	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2653/98 D.O.E. de 06/08/98
E.M.R. José Mendes Sebreński	Cabeceira do Rio XV	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2127/98 D.O.E. de 25/06/98
E.M.R. José Vujanski	Renascença	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2971/98 D.O.E. de 25/08/98
E.M.R. José Bonifacio	Borboleta	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2222/97 D.O.E. de 01/07/97
E.M.R. João Poteriko	Corumbataí do Meio	4241/86 D.O.E. de 10/10/86	164/97 D.O.E. de 15/01/97
E.M.R. João de Souza Martins	Vila União	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	4257/96 D.O.E. de 17/11/96
E.M.R. Julio Luiz Hey	Serra da Palmeira	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	3362/96 D.O.E. de 02/09/96
E.M.R. Joaquim Nabuco	Rio do Susto	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2653/98 D.O.E. de 06/08/98
E.M.R. Jeroslau Baran	Campina dos Freitas	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	1976/98 D.O.E. de 09/06/98
E.M.R. Marechal Deodoro da Fonseca	Bairro dos Ferreiras	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	3699/98 D.O.E. de 06/11/98

E.M.R. Marechal Candido Rondon	Borboleta Abaixo	522/84 D.O.E. de 01/03/84	2358/04 D.O.E. de 29/06/04
E.M.R. Marcos Jaskiu	Vila Santana	1013/90 D.O.E. de 03/05/90	4258/96 D.O.E. de 07/11/96
E.M.R. Manoel Macedo	Rio Bocó	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2075/98 D.O.E. de 23/06/98
E.M.R. Manoel Ribas	Patrimônio	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	Decreto Municipal 18/2002
E.M.R. Mauricio de Nassau	Corumbataí	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	3874/97 D.O.E. de 13/11/97
E.M.R. Mário de Andrade	Serra da Pitanga	964/89 D.O.E. de 03/05/89	2203/98 D.O.E. de 29/06/98
E.M.R. Martin Afonso de Souza	Rio Batista	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2203/98 D.O.E. de 29/06/98
E.M.R. Nossa Senhora dos Anjos	Cabeceira da Borboleta	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	164/97 D.O.E. de 15/01/1997
E.M.R. Nossa Senhora da Paz	Renascença	1633/85 D.O.E. de 02/05/85	2775/98 D.O.E. de 12/08/98
E.M.R. Nilo Peçanha	Marrequinha	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2354/04 D.O.E. de 29/06/04
E.M.R. Orlando Mendes de Oliveira	Rio do Peixe	1013/90 D.O.E. de 03/05/90	2219/97 D.O.E. de 01/07/97
E.M.R. Olímpia Amaral Gruber	São João da Colina	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	Decreto Municipal 19/2002
E.M.R. Padre Antonio Vieira	Corumbataí	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2714/98 D.O.E. de 07/08/98
E.M.R. Papa Pio XII	Olho d'Água	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2203/98 D.O.E. de 29/06/98
E.M.R. Papa Leão XIII	Rio Liso	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2654/ 98 D.O.E. de 06/08/98
E.M.R. Paulo Afonso	Rio do Meio de Cima	964/89 D.O.E. de 03/05/89	2203/98 D.O.E. de 29/06/98
E.M.R. Paulo Pimentel	Barreiro Grande	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2747/06 D.O.E. de 08/06/06

E.M.R. Pedro Organeck	Rio 43	964/89 D.O.E. de 03/05/89	2073/98 D.O.E. de 23/06/98
E.M.R. Pedro Teles de Andrade	Rio Quieto	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2074/98 D.O.E. de 23/06/98
E.M.R. Pedro Alvares Cabral	Pomar Alto do Ivaí	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	3835/96 D.O.E. de 02/10/96
E.M.R. Pedro Leal de Souza	Barro Preto	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2203/98 D.O.E. de 29/06/98
E.M.R. Pero Vaz de Caminha	Borboleta	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	164/97 D.O.E. de 15/01/97
E.M.R. Raimundo Correia	Palmital de Baixo	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2073/98 D.O.E. de 23/06/98
E.M.R. Raimundo Pires Filho	Gamelão	1635/85 D.O.E. de 02/05/85	2272/96 D.O.E. de 20/05/96
E. M. R. Raio de Luz	Rio Voraz de Cima	1312/03 D.O.E. de 18/06/03	Decreto nº 152/2008
E.M.R. Raposo Tavares	Barra Preta	522/84 D.O.E. de 01/03/84	1655/05 D.O.E. de 24/06/05
E.M.R. Rosa Berger Grande	Sítio Boa Esperança	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	3860/95 D.O.E. de 05/10/95
E.M.R. Rocha Pombo	Marrequinha	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2203/98 D.O.E. de 29/06/98
E.M.R. Rui Barbosa	Linha Cantu	522/84 D.O.E. de 01/03/84	3618/96 D.O.E. de 12/09/96
E.M.R. Santa Izabel	Borboleta Abaixo	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	Decreto Municipal nº 153/08
E.M.R. Santa Helena	Pinhalzinho	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2072/98 D.O.E. de 23/06/98
E.M.R. Santa Rita de Cassia	Linha Cantu	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2221/97 D.O.E. de 01/07/97
E.M.R. Santa Amélia	Bom Retiro	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2220/97 D.O.E. de 01/07/97
E.M.R. Santa Barbara	Quarteirão Aparecida	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	3495/05 D.O.E. de 07/12/05

E.M.R. Santo Antônio	Limeira	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	1199/05 D.O.E. de 28/04/05
E.M.R. São Bom Jesus	Arroio Grande	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2203/98 D.O.E. de 29/06/98
E.M.R. São Geraldo	Boa Vista	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	3498/08 D.O.E. de 22/07/08
E.M.R. Simão Perich	Cabeceira da Lagoa Verde	4244/86 D.O.E. de 10/10/86	3699/98 D.O.E. de 06/11/98
E.M.R. Tomás Edson	Rio XV de Cima	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	2663/98 D.O.E. de 06/08/98
E.M.R. Vinte e Oito de Janeiro	Borboleta Abaixo	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	808/09 D.O.E. de 03/03/09
E.M.R. Washington Luiz	São Berto	2679/82 D.O.E. de 11/08/82	4424/08 D.O.E. de 2309/08
E.M.R. Zacarias de Goes e Vasconcelos	Boa Vista	2598/85 D.O.E. de 13/06/85	4256/96 D.O.E. de 07/11/96
Escola Municipal do Campo Caramuru – EF.	Comunidade Rio Liso	2.679/82 D.O.E. de 11/11/82	Esta escola está desativada temporariamente pelo prazo de dois anos.
Escola Municipal do Campo Imperatriz Leopoldina – EIEF.	Comunidade Alto do Ivaí	2.679/82 D.O.E. de 11/11/82	Esta escola está desativada temporariamente pelo prazo de dois anos.

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador a partir de informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município de Pitanga – PR (2021).

Conforme pode ser verificado no quadro acima o município de Pitanga possuía muitas escolas localizadas no campo. As escolas foram legalmente instituídas a partir da década de 1980, mas a partir de 1990 se deu início ao movimento de fechar e nucleá-las em outros lugares. A nomenclatura apresentada ainda utilizava o termo de Escola Municipal Rural (ERM), pois quando foram fundadas não havia todo o movimento e aparato organizado em Busca da Educação do Campo. Era uma educação ofertada no campo de modo a atender os princípios básicos de leitura, escrita e resolução de cálculos matemáticos, sem levar em consideração a formação crítica e reflexiva dos educandos.

Salienta-se que a perspectiva de Educação do Campo rompe com a ideia de Educação Rural, como demonstra o II Boletim da Articulação Paranaense para os Povos do Campo.

Quadro 6– Educação Rural x Educação do Campo (2018).

Educação Rural	Educação do Campo
Para o povo rural.	No campo e Dos povos do campo.
Uniformiza os povos do campo, das águas e das florestas.	Reconhece a diversidade dos povos do campo, das águas e das florestas: escola do campo, escola indígena, escola quilombola.
Para produzir matéria prima e mão de obra com conhecimento técnico para o trabalho.	Fortalece um Projeto Popular Brasileiro que valorize e transforme a agricultura familiar/camponesa de acordo com os interesses e necessidades da maioria da população.
Aposta na solução da integração do campo às atividades econômicas.	Se integra na construção de outro projeto de desenvolvimento sustentável de campo, apoiado pelo Estado e controlado pelos agricultores e camponeses.
Quer fixar o homem no campo.	Supera a dicotomia entre campo e cidade.
Rural como lugar de produção.	Campo como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com a natureza, e relações solidárias.
Escola como salvadora de um povo incapaz, que precisa ser dirigido pelo Estado.	Concebe as políticas de educação articuladas a outras de garantia dos direitos sociais e humanos do povo que vive no e do campo.
Rural submetido culturalmente à cidade.	Educação de interesse geral dos trabalhadores do país, desde a especificidade do campo.
Estado determina a estrutura da escola, burocracia e determinações hegemônicas.	Educadores/as, educandos/as e moradores/as como sujeitos da educação, na perspectiva de construção da escola emancipadora.
Transmissão de conhecimento.	Diálogo e produção de conhecimentos.
Seriação como avanço.	Seriação pode atrapalhar o aprendizado.
Material didático e pedagógico produzido por empresas.	Material didático e pedagógico produzido pelos movimentos sociais, universidades públicas e grupos de educadores/as comprometidos/as com a Educação do Campo.
Estrutura precária com relação à cidade.	Busca estrutura com condições de desenvolver todas as atividades.
Professor/a silencioso, cumpre tarefas.	Educadores/as comprometidos, capazes de análise do contexto e das políticas do Estado.
Estudar com objetivo restrito à titulação.	Estudo para recriar-se pessoal e pedagogicamente.

Planejamento individual, por disciplina, restrito ao livro didático.	Planejamento coletivo e interdisciplinar.
Precariedade das condições de trabalho dos professores.	Educadores com condições de trabalho.

Fonte: Quadro disponível no II Boletim da Articulação Paranaense para os Povos do Campo (2018, p. 02).

O levantamento do panorama educacional do município de Pitanga, demonstra que duas Escolas do Campo estão suspensas temporariamente, sem ofertar o ensino por dois anos. A Escola Municipal do Campo Caramuru, na localidade do Rio Liso e a Escola Municipal Imperatriz Leopoldina na comunidade do Alto do Ivaí. De acordo com fontes da Secretaria Municipal de Educação as escolas possuem muito poucos alunos a serem atendidos e não profissionais para trabalhar nestas escolas, pois os professores efetivos deste município pediram remoção para a sede, estando à escola sem condições de ofertar o ensino. O município ofertou todo o suporte para que os alunos fossem transportados à outra escola, com padrão de seriação e nucleada.

Cada comunidade do campo possuía sua escola. Com o movimento e pressão para fechar as escolas, deu-se início o movimento de cessação e os alunos foram transferidos a outras escolas. A maioria das escolas que atualmente se localizam no campo receberam alunos das escolas que fecharam. O nucleamento de escolas no município de Pitanga ocorreu tanto na cidade quanto no campo. À medida que se tornaram viáveis as escolas se fecharam no campo e se nuclearam no meio urbano, contudo quando a solução não era viável as escolas foram nucleadas no meio rural.

Diante da conjuntura educacional do município de Pitanga – PR evidencia-se a importância da manutenção das Escolas do Campo. O município apresenta grande extensão territorial, e as pessoas que vivem no campo deve ser garantida a educação e que ocorram o mais perto das residências, evitando deslocamentos e outras consequências que podem causar o deslocamento. A valorização de políticas educacionais de valorização e fomento as Escolas do Campo é importante para dar maior visibilidade aos povos do campo. Característico da educação presente no campo nos anos de 1990 e 2000 a maioria das escolas eram multisseriadas, com sala ou locais improvisados para que ocorresse a transmissão do conhecimento. Não encontramos nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação de Pitanga livros atas que pudessem registrar os motivos pelos quais alegavam o fechamento das Escolas do Campo.

O município de Pitanga no estado do Paraná seguiu a lógica de fechamento e nucleação de escolas, assim como muitos outros municípios brasileiros. O fechamento de escolas no campo significa a negação do direito do acesso a escolarização dos camponeses. Hage (2014) demonstra que o fechamento de escolas do campo geraram transtornos para a população, principalmente aqueles que frequentam as escolas multisseriadas.

Nesse cenário, marcado pela negação de direitos, pela intensificação do trabalho e pela precarização das condições existenciais de vida e funcionamento das escolas, os movimentos sociais têm denunciado o fechamento das escolas existentes no campo e pautado o Estado e a sociedade brasileira quanto à necessidade de ampliação da oferta de escolarização pública e de qualidade social em todos os níveis no campo. (HAGE, 2014, p. 1173).

Fechar escolas no campo não é a solução para os problemas que estas escolas se insere. Escola no campo significa a continuidade do processo de formação humana onde vive o sujeito. As políticas de transporte escolar se apresentaram como influenciadoras do movimento de fechar escolas no país, desde a década 1990, conforme afirma Vasconcellos (1993). Inicialmente o fechamento e nucleação de escolas se justificava para aumentar a continuidade da evolução intelectual dos alunos que residiam no campo e melhorar a qualidade da educação. Contudo o processo de fechar e nuclear escolas nem sempre foi pacífico, pois havia resistências. Entre as resistências, dentre as quais menciona-se

- a) ao temor de que as pequenas vilas fiquem completamente desprovidas da educação.
- b) ao argumento de que as escolas unidocentes são objetos de preconceito, uma vez que teriam uma eficiência muito superior à veiculada por seus adversários, em função de sua relação íntima com a comunidade.
- c) a ideia de que um treinamento específico para o professor aumentaria muito a eficiência da escola unidocente.
- d) á noção de que uma escola pequena desempenha um papel muito importante no contexto local. (VASCONCELLOS, 1993, p. 71).

No Paraná, um dos primeiros documentos que adota a concepção de educação do campo são as Diretrizes Curriculares de Educação do Campo (2006), onde afirma que “a educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas” (PARANÁ, 2006, p. 28). No decorrer das últimas décadas, as classes multisseriadas e a Educação do Campo se apresentaram como uma alternativa de desenvolvimento econômico capitalista baseado na concentração de renda (PARANÁ, 2006), pois conforme verificamos as Escolas do Campo se revelaram um fenômeno decorrente da expansão das relações capitalistas no campo, onde por diversos motivos elas foram necessárias e:

Pela lógica do modelo dominante, é a educação rural e não a Educação do Campo, que deve retornar à agenda do Estado, reciclada pelas novas de mandas de preparação de mão de obra para os processos de modernização e expansão das relações capitalistas na agricultura, demandas que não necessitam de um sistema público de educação no campo. (CALDART, 2012. p. 262-263).

O fechamento e nucleação de escolas no município de Pitanga-PR, demonstra que o fechamento de escolas é a negação dos direitos de acesso a escolarização dos camponeses. Fechar escolas no campo é uma política que existe em muitos municípios brasileiros, principalmente na região sul do país com o desenvolvimento de políticas neoliberais, por parte de governos conservadores. Neste campo é importante ressaltar os movimentos sociais, como movimentos de resistência e de fortalecimentos com a educação dos camponeses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar o levantamento do fechamento e nucleação de escolas do campo no município de Pitanga-PR, pode-se verificar que o município fechou mais de 80 escolas entre 1995 e 2020. Um território que é marcado pela desterritorialização e pela expropriação. O município de origem indígena, que não possui histórico de escolas para esta população, que se fez tão importante no município. Verificou-se que no município de Pitanga o agronegócio tem se expandido nos últimos anos, utilizando-se de máquinas pesadas na agricultura, a derrubada de florestas para dar lugar à plantação, quando se trata da agricultura de subsistência percebemos que ela tem sido massacrada pelo agronegócio. Isso tudo

resultou em um esvaziamento do campo e no fechamento de inúmeras escolas. A consolidação de escolas também se dá de forma autoritária e antidemocrática.

A presença de escolas no campo apresenta o embate sobre o domínio no território entre o agronegócio representado pela elite agrária e a agricultura familiar representado pelos pequenos agricultores. Conforme aumentam as grandes propriedades as Escolas do Campo são fechadas. Nas últimas décadas algumas propriedades rurais aumentaram de quantidade e extensão, enquanto as pequenas propriedades foram reduzidas ou extintas do campo e os pequenos agricultores foram perdendo espaço em suas comunidades. Entendemos como importante às entidades que fazem resistência ao fechamento e nucleação de Escolas do Campo, como por exemplo, a Articulação Paranaense Para a Educação do Campo, movimentos sociais, universidades, sindicatos etc. Essas lutas buscam romper com o projeto contra hegemônico e segregador do Estado.

Portanto, o município de Pitanga-PR expõe as múltiplas faces da exploração, do fechamento e da nucleação escolar. Representa um dos municípios do Paraná, em especial na região central que mais fechou escolas. A análise permite a compreensão de que é preciso de políticas educacionais que valorizem a educação que acontece no campo, da mesma forma que é necessário que conter o fechamento o fechamento de escolas, pois fechar as escolas no campo é negar o direito do acesso a escolarização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CALDART, Roseli Salette. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salette. *et al.* (Org.) *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 259-267.

Escola Pública do Campo do Paraná: O que e como fazer. *II Boletim da Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo*. Paraná, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/files/2019/05/BOLETIM-Articula%C3%A7%C3%A3o-Paranaense-por-Uma-Educa%C3%A7%C3%A3o-do-Campo-edicao2.pdf>. Acesso em: 03 Mai.de 2020.

PARANÁ. *Diretrizes Curriculares da Educação do Campo*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2006.

PAULA, Adriano Makux de. *Faces da expropriação e da desterritorialização camponesa em Pitanga – PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curitiba/PR: Universidade Federal do Paraná (UFPR).

VASCONCELLOS, Eduardo Alcantara de. Agrupamento de escolas rurais: alternativa para o impasse da educação rural? *Cadernos de Pesquisa*. n. 86, p. 65- 73, ago. 1993.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autor 1 – Autor da pesquisa, coleta, análise dos dados e revisão da escrita final.

Autor 2 – Orientação da pesquisa, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.